Desmilitarizar a PM (e o Estado), em favor da democracia e da vida

Daniela Alarcon e Gabriela Moncau
Jornalistas

Daniel Garcia

Manifestação no Viaduto do Chá, em São Paulo (2013)

A avaliação que Nilo Batista, professor de Direito Penal da UERJ e ex-governador do Rio de Janeiro, faz das UPPs é uma síntese dos padrões de "segurança pública" em vigor: "Para que esse modelo fosse aplicado em qualquer bairro de classe média, o Congresso Nacional teria que decretar estado de sítio, para suspender tantas garantias. Vai fazer em Ipanema o que é feito nas favelas do Rio, contra os pobres!" Entre 2009 e 2013, os policiais brasileiros mataram 11.197 pessoas, média de seis por dia. Institucionalizada, a tortura é aplicada nos próprios recrutas da PM

Um oficial levou-os até os estábulos, apontou a cisterna utilizada pelos cavalos e deu ordem para que se "hidratassem". Estava tão quente que a sola do tênis de um recruta havia descolado. Naquela terça-feira, 12 de novembro de 2013, a sensação térmica em Sulacap, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro onde se situa o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da Polícia Militar, chegou a 50ºC. O "suga", uma espécie de trote aplicado pelos superiores, que marca a entrada na PM, começara na sexta-feira anterior: horas de exercícios físicos extenuantes sob o sol, sem direito a beber água e fazer necessidades fisiológicas.

Tontura, vômito, desmaio. "Você vai bancar ou vai pedir para sair?" Como punição, mais flexões no asfalto quente, onde os recrutas depois foram obrigados a ficar sentados. Ali, começaram a gemer de dor, cada vez mais alto. Um praça chegou à enfermaria delirando; outro começou a urinar sangue, lê-se em depoimento ao Ministério Público Estadual. Quase duas dezenas de recrutas tiveram queimaduras de primeiro e segundo graus nas nádegas e mãos. Segundo o testemunho de um deles ao jornal *Extra*, quando Paulo Aparecido Santos de Lima, 27 anos, caiu desacordado, um oficial gritou: "Levanta daí e para de ser marica!". Uma semana depois, Paulo sofreu morte cerebral.

Morador de Japeri, na região metropolitana do Rio de Janeiro, filho de um motorista de ônibus aposentado e de uma dona-de-casa, Paulo trabalhava como segurança privado antes de entrar na PM. Um de seus irmãos é sargento da corporação. "O desespero da minha tia é que ela tem outro filho na Polícia. Ela chora pelos dois", diz Crislaine dos Santos Souza, prima de Paulo. Apesar de Nélio Monteiro Campos, comandante do CFAP, ter qualificado o dia da morte como "atípico", denúncias recebidas pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em março de 2014 indicavam que os maus tratos continuaram.

Arquivo de família

Paulo Lima

O episódio pôs a descoberto a prática de tortura no interior da PM, em um contexto de crescente visibilidade da violência policial no Brasil. O desaparecimento do auxiliar de pedreiro Amarildo de Souza — que, conforme o inquérito policial, foi torturado até a morte por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, no Rio de Janeiro — trouxe à tona novas e numerosas denúncias sobre a atuação da PM, sobretudo em favelas e bairros da periferia, e o debate sobre a desmilitarização da polícia ganhou fôlego. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 70% dos brasileiros afirmam não confiar na polícia.

"Nós defendemos a desmilitarização da polícia. A mudança é uma necessidade social, e não apenas uma necessidade profissional — isso tem que ficar bem claro", enfatiza Vanderlei Ribeiro, presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (Aspra). "A Polícia Militar é oriunda da monarquia. Como eu posso admitir que um instrumento feito pela monarquia ainda seja usado para lidar com as questões sociais?", pergunta.

"O PM é descartável: morrem dez, entram cem", diz o presidente da Aspra, atentando para o abismo que separa praças (soldados, cabos e sargentos) de oficiais. Os primeiros geralmente são oriundos dos estratos populares — ex-operadores de *telemarketing*, ex-empacotadores de supermercado — que veem em um cargo na PM um misto de ascensão social e poder, ao passo que os oficiais procedem, na sua maioria, das chamadas classes médias. Todos os onze policiais militares mortos em confronto no Rio de Janeiro em 2013 eram praças. O tratamento aviltante sofrido pelo recruta Paulo Lima, continua Ribeiro, é prática corrente no processo de formação dos praças, preparando-os para uma atuação violenta, ilegal e pautada na sistemática violação aos direitos humanos. "A Polícia ensina a matar.

Ela não ensina o policial a neutralizar o criminoso armado para evitar que ele use a arma. Não: ela ensina a matar. Tanto é que os alvos principais nos treinamentos são o coração e a cabeça, que contam maior número de pontos, por você eliminar o seu suposto inimigo".

"Quando o Estado não encarcera, mata. Ou, se não, encarcera primeiro, para depois poder matar. 'Ah, tinha passagem pela polícia'. Tem que acabar com essa história de que quem tem passagem pode ser morto!", salienta Débora Silva, do Movimento Mães de Maio

"Eu escutei todos os tiros que estavam dando em meu filho. Eu levantei a cabeça do travesseiro e torci para que fosse escapamento de moto. Meu vizinho já batia desesperado no portão. Foi quando eu vi ele todo ensanguentado, com as mãozinhas assim para cima... aquelas mãozinhas gordinhas dele, que eu gostava de morder". A diarista Elvira Ferreira diz não saber mais quem é. Seu único filho, Ricardo Ferreira Gama, foi morto em 2 de agosto de 2013 com oito tiros à queima-roupa, em frente à sua casa, na Vila Mathias, periferia da baixada santista. Dois dias antes,

Reprodução/"Quem matou Ricardo?"

Ricardo Gama agredido e detido por PMs

havia sido agredido por três policiais militares em frente ao *campus* de Santos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde trabalhava como auxiliar de limpeza terceirizado. A agressão foi gravada por estudantes, mas só divulgada depois de sua morte, em razão de ameaças. A investigação, no entanto, já foi encerrada, sem conclusões.

Um grupo de estudantes da Unifesp, junto à família de Ricardo, organizou a campanha "Quem matou Ricardo?". O rapaz tinha 30 anos e, desde que terminou de cumprir pena por tráfico de drogas, não parava de tomar "enquadros" de policiais. Em liberdade, trabalhou em uma padaria e depois conseguiu emprego na universidade, ganhando um salário mínimo. "Foi por que ele tinha 'passagem'?", Elvira questiona, indignada. "Quando o Estado não encarcera, mata. Ou, se não, encarcera primeiro, para depois poder matar. 'Ah, tinha passagem pela polícia'. Tem que acabar com essa história

Deputado Marcelo Freixo (PSOL)

de que quem tem passagem pode ser morto!", salienta Débora Silva, uma das fundadoras do Movimento Mães de Maio, criado no marco das chacinas de 2006, para combater a violência estatal. Hoje Elvira integra o movimento, que defende um projeto amplo de "desmilitarização do conjunto da vida social".

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) vai na mesma

Luiza Sansão

Deize com a foto de Andreu

Reprodução/Luiza Sansão

Recordação de uma existência abreviada

direção: "Mais que a desmilitarização da Polícia, eu tenho defendido a desmilitarização do Estado. Porque o Estado brasileiro está absolutamente militarizado e nós temos uma República, desde sua proclamação, passando por ditaduras, com uma história muito marcada pelo militarismo". No Brasil, o Corpo de Bombeiros é militar e boa parte das polícias civis dispõe de recursos militares — é o caso da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), no Rio de Janeiro.

A socióloga Vera Malaguti Batista, professora visitante de Criminologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entende que vivemos em um "Estado de Polícia". Em lugar de uma redução da função policial, o que vemos é essa força sendo convocada a resolver todos os problemas da sociedade, explicou, em um debate sobre desmilitarização do Estado realizado na UERJ. "Policizados", os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atuam para a expansão do Estado policial e a perpetuação da violência policial.

Em 2008, Andreu Carvalho, de 17 anos, foi torturado no Centro de Triagem e Recepção do Degase, instituição estadual do RJ que mantém sob custódia "jovens infratores". Seis agentes o espancaram por cerca de uma hora; entre outras marcas, o corpo apresentava perfurações provocadas por cabo de vassoura

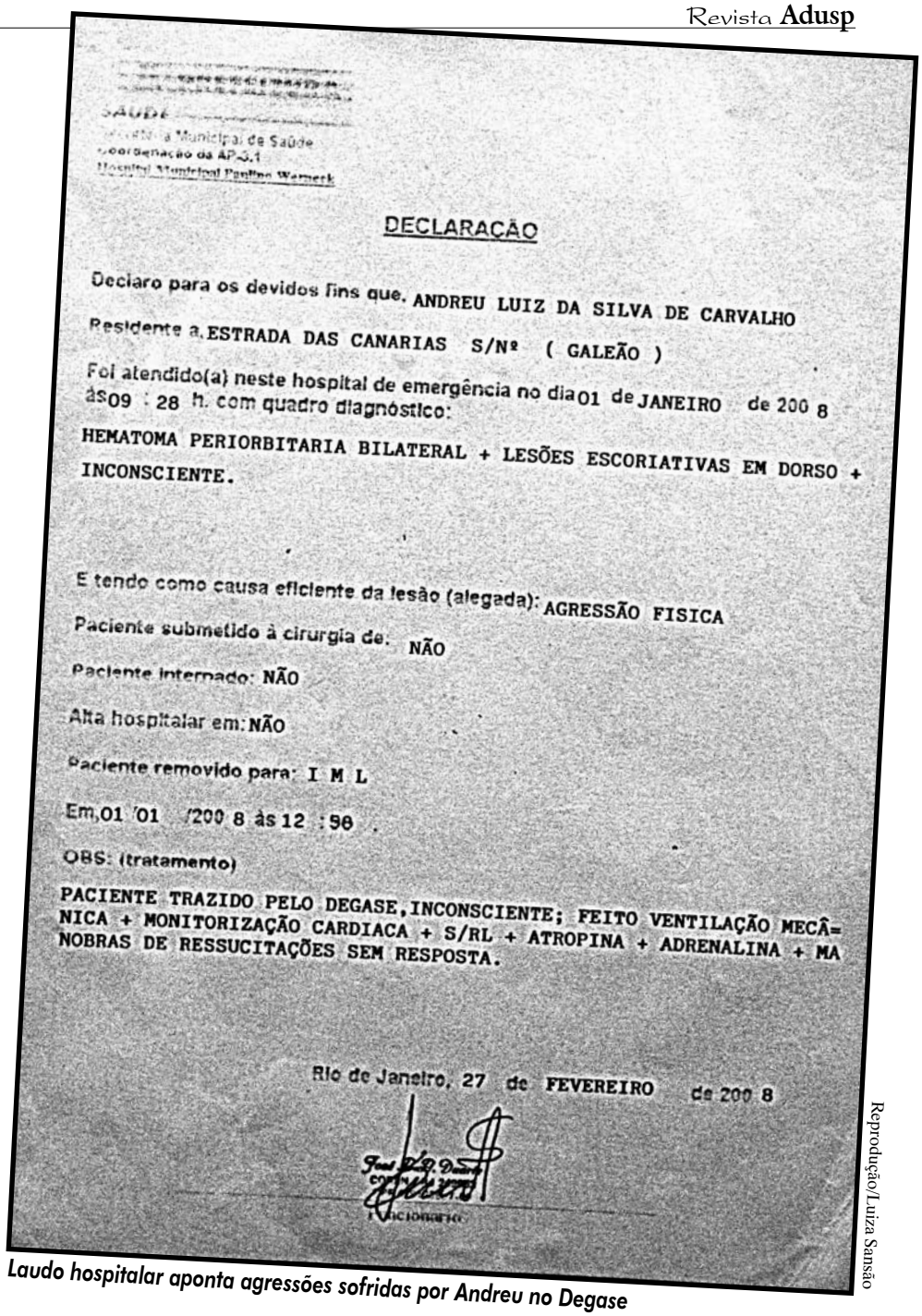
Há seis anos, Deize Silva de Carvalho, moradora do morro do Cantagalo, Rio de Janeiro, luta pela punição dos responsáveis pela morte de seu filho, Andreu Luís da Silva de Carvalho, aos 17 anos de idade. Em 1º de janeiro de 2008, Andreu foi submetido a uma sessão de tortura no Centro de Triagem e Recepção do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), instituição que mantém sob sua custódia "jovens infratores". Conforme testemunhas, seis agentes espancaram-no por cerca de uma hora; entre outras marcas, o corpo apresentava perfurações provocadas por um cabo de vassoura. "O filho da burguesia, dos capitães do mato não vai parar na senzala. Eu vejo o sistema socioeducativo como uma senzala, onde só tem negro e pobre. Ele estava sob a tutela do Estado. Por que o Estado não é punido?"

Morto Andreu, vieram os telefonemas no meio da noite ("olha por onde você anda, você tem outros filhos") e teve início um longo embate para que o corpo fosse exuma-

do e submetido a uma perícia não enviesada. De um funcionário do Degase que não quis se identificar, Deize soube que as roupas de Andreu, evidências da tortura, foram queimadas. Para "dar voz aos mortos e remexer as sepulturas", ela criou o Núcleo de Mães Vítimas de Violência do Estado, parte da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, e conseguiu uma bolsa para estudar Direito. Em visita a um presídio em Salvador, presenciou os presos gritarem em uníssono o nome de Andreu. "Eu acabei me tornando a mãe do cárcere e me senti agraciada por isso".

A despeito de o Ministério Público ter solicitado, em 2011, a prisão preventiva dos seis agentes envolvidos na morte de Andreu e a suspensão do exercício de suas funções públicas, eles permanecem soltos. Conforme relatos de internos a que Deize teve acesso, agentes do Degase costumam mencionar seu filho: "Dizem que já mataram um e perguntam quem quer ser o próximo a morrer. Por isso, os meninos ficam muito amedrontados. Saber que a tortura sofrida pelo meu filho é um meio psicológico de torturar alguém é muito duro, é revoltante".

Dez meses após o assassinato de Andreu, outro interno do Degase, Cristiano de Souza, morreu em decorrência de espancamento, no Educandário Santo Expedito, no complexo penitenciário de Bangu. Mais recentemente, em 25 de novembro de 2013, internos do Centro de Atendimento Intensivo da Baixada Fluminense, em Belford Roxo, foram agredidos com chutes e pauladas. Em depoimento à polícia, um agente do Degase afirmou que, na ocasião, foram utilizados "meios socioeducativos" para conter os adolescentes. "Enquanto esses agentes forem legitimados em suas ações, eles continuarão cometendo-as", diz Deize.



SAÚDE
Secretaria Municipal de Saúde
Coordenação da AP-3.1
Hospital Municipal Paulino Werneck

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, ANDREU LUIZ DA SILVA DE CARVALHO

Residente a, ESTRADA DAS CANARIAS S/Nº (GALEÃO)

Foi atendido(a) neste hospital de emergência no dia 01 de JANEIRO de 200 8 às 09 : 28 h. com quadro diagnóstico:

HEMATOMA PERIORBITARIA BILATERAL + LESÕES ESCORIATIVAS EM DORSO + INCONSCIENTE.

E tendo como causa eficiente da lesão (alegada): AGRESSÃO FISICA

Paciente submetido à cirurgia de: NÃO

Paciente internado: NÃO

Alta hospitalar em: NÃO

Paciente removido para: I M L

Em, 01 /01 /200 8 às 12 : 58

OBS: (tratamento)

PACIENTE TRAZIDO PELO DEGASE, INCONSCIENTE; FEITO VENTILAÇÃO MECÂNICA + MONITORIZAÇÃO CARDIACA + S/RL + ATROPINA + ADRENALINA + MANOBRAS DE RESSUCITAÇÕES SEM RESPOSTA.

Rio de Janeiro, 27 de FEVEREIRO de 200 8

Reprodução/Luiza Sansão

Laudo hospitalar aponta agressões sofridas por Andreu no Degase

O sociólogo Daniel Hirata, estudioso de temas como mercados informais e violência urbana em São Paulo e no Rio de Janeiro, observa: "Temos representações sociais amplamente difundidas da distinção entre 'trabalhadores' e 'bandidos'. Essa distinção moral foi construída historicamente: fracionando os moradores das periferias entre os 'bons e os maus pobres', a vida dos considerados maus pobres é menos protegida e mais exposta à morte violenta. Pior ainda: essa distinção ainda acaba sendo utilizada de forma perversa por policiais para as

execuções extralegais ligadas ao jogo do controle dos mercados ilegais".

O caso Amarildo chamou a atenção para uma eventual tendência: o encobrimento dos "autos de resistência", agora travestidos em desaparecimentos forçados. Uma campanha da OAB-RJ, "Desaparecidos da democracia: Pessoas reais, vítimas invisíveis", investiga "autos de resistência" e desaparecimentos forçados

De 2001 a 2011, apenas no Estado de São Paulo, policiais em serviço mataram 5.591 pessoas, segundo dados oficiais; no Rio de Janeiro, no mesmo período, foram 10.726 homicídios. Dados da Anistia Internacional apontam que, em 2012, foram executadas 682 pessoas em 21 países que adotam a pena de morte. No Brasil, onde a pena de morte formalmente não existe, mas é aplicada *de facto* pelas PMs, a 8ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registra que, em cinco anos, os policiais brasileiros mataram mais do que os policiais estadunidenses em três décadas. Nos últimos cinco anos (2009-2013), os policiais brasileiros mataram (em serviço e fora de serviço) nada menos do que 11.197 pessoas — média de seis por dia. Nos Estados Unidos, nos últimos 30 anos, foram mortas pela ação de policiais 11.090 pessoas — média de uma por dia. A ampla maioria dessas mortes é de autoria de PMs. "Você tem um processo de genocídio oficial", observa Freixo.

Em pesquisa recente, que resultou no livro *Quando a polícia mata: Homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011)*, pesquisadores do Núcleo de Estudos da Cidadania e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU-UFRJ), sob coordenação do sociólogo Michel Misse, observaram uma tendência "natural" ao arquivamento dos chamados "autos de resistência" (mortes em confronto com a polícia). Segundo a pesquisa, a ausência de apuração não se explica simplesmente por corporativismo e falta de condições técnicas, já que esses fatores não costumam impedir investigações bem-sucedidas de assassinatos cometidos por policiais quando a vítima não é tida como "bandido".

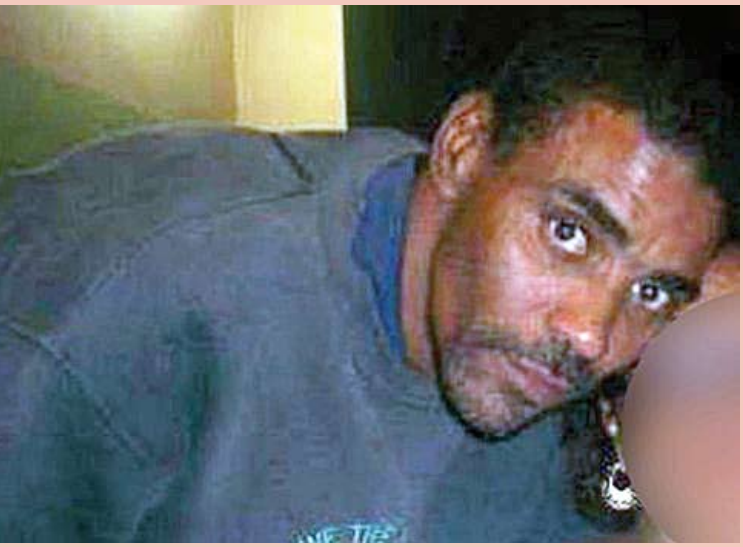
"Para muitos policiais, o 'auto de resistência' é uma morte que se autoelucida e que se deve somente ao morto", comentou um dos autores, César Pinheiro Teixeira, no lançamento do livro. "O que prevalece é a versão do policial, baseada em uma construção moral sobre a culpabilidade do sujeito morto", complementou outra autora, Natasha Elbas Neri. É a "morte de vagabundo". Necropsias de vítimas de intervenção policial, alertam estudos do sociólogo Ignacio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), confirmam que supostos "autos de resistência" são, comumente, execuções sumárias.

Os homicídios dolosos e, desde 2007, os "autos de resistência" vêm caindo no Estado, conforme dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Contudo, o número de desaparecimentos tem aumentado substancialmente — nos primeiros cinco meses de 2013, 2.655 pessoas desapareceram no Estado, uma média de 17 por dia. O caso Amarildo chamou a atenção para o que pode, eventualmente, ser uma tendência: o encobrimento dos "autos de resistência", travestidos em desaparecimentos. Nesse quadro, em agosto de 2013, a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ) lançou a campanha "Desaparecidos da democracia: Pessoas reais, vítimas invisíveis", com o objetivo de investigar os "autos de resistência" e desaparecimentos forçados.

Na avaliação do deputado Marcelo Freixo, as UPPs não constituem um projeto de segurança pública, mas de "cidade mercadoria", em que as áreas de interesse passam a ser geridas militarmente. "É o comandante da UPP que decide tudo na favela. Nasce uma nova figura da ordem pública: o xerife das UPPs"

PM ou a repressão sem limites

Fernando Frazão/Agência Brasil



Amarildo de Souza: seu corpo continua desaparecido

Protesto de moradores da Rocinha, no Rio de Janeiro

Em São Paulo, tropa de choque ataca manifestantes

Thiago Amaral

No Piauí, PM agride advogado Enzo Samuel: "Negão, o pau vai cantar pra ti"

Rodrigo Paiva

Agressão a jornalista em São Paulo, em 2013

Espancado e dominado na capital paulista em 2011, Vinicius Boim precisou de cirurgia no nariz

Ernesto Rodrigues/AE

Eduardo Maia/Diário de Natal

No Rio Grande do Norte, pontapé em quem está dominado, em 2007

"A Polícia não é um instrumento de garantia de direitos", enfatiza Freixo. "Ela se prepara para a guerra, para eliminar o inimigo. A lógica da guerra tem a ver com a escolha dos territórios da guerra, que se relaciona diretamente à criminalização da pobreza. O inimigo tem cor e tem território". Na avaliação do deputado, as UPPs não constituem um projeto de segurança pública, mas um projeto de "cidade-mercadoria", em que as áreas de interesse passam a ser geridas militarmente, ao passo que, fora do "corredor de segurança", as milícias se reproduzem livremente. "É o comandante da UPP que decide tudo na favela: da festa de 15 anos ao horário em que as coisas vão acontecer. Nasce uma nova figura da ordem pública: o xerife das UPPs".

Denúncias sobre a violência cotidiana promovida por agentes das UPPs são recorrentes: assédio sexual, instauração de toque de recolher, violação de domicílios. Em debate na UERJ, Nilo Batista, professor de Direito Penal da universidade e ex-governador do RJ, foi enfático: "Para que esse modelo fosse aplicado em qualquer bairro de classe média, o Congresso Nacional teria que decretar estado de sítio, para suspender tantas garantias, para suprimir tantos direitos. Vai fazer em Ipanema o que é feito nas favelas do Rio, contra os pobres! A exceção vive ali e nós fechamos os olhos".

Criminologistas, sociólogos, historiadores e outros estudiosos do processo de formação da polícia no Brasil demonstram como essa força constituiu-se tendo por objetivo de fato o controle social dos pobres, em uma sociedade fundada sobre o genocídio, o etnocídio e o escravagismo. A polícia, lembra Vera Malaguti, funda-se com "as elites pedindo uma polícia que a nós inspire confiança, mas aos escravos infunda terror". Se durante a Ditadura Militar o principal inimigo interno era o "subversivo", hoje é o "criminoso comum". Conforme dados do Ministério da Justiça, entre 1992 e 2012, a população carcerária brasileira cresceu 380%. Em 2012, eram 548 mil presos (a quarta maior população carcerária do mundo), 62% dos quais negros. "O crime entra no centro da agenda política", observa a socióloga, "e a juventude popular, principalmente negra, se consolida como o inimigo interno, o sujeito 'matável'".

Ernesto Carrião/O DIA

Nilo Batista

Imagens de Douglas nos álbuns da família

"A bala atravessou o corpo do meu filho e partiu o coração dele em dois. Eu falo 'filho, me perdoa, mas a mãe não consegue parar de chorar'." O carro da PM passou devagar, na frente de um bar no Jardim Brasil, periferia da zona norte paulistana. Apoiada no espelho retrovisor, a pistola .40. Do policial não saiu nenhuma palavra, mas um disparo. O estudante Douglas Martins Rodrigues, de 17 anos, vinha com sua bicicleta, junto ao irmão de 12. Antes de morrer, perguntou, inconformado: "Por que o senhor atirou em mim?". Eram 14h30 de 27 de outubro de 2013. A rua estava cheia de gente; os pais do garoto, Rossana Martins de Souza e José Rodrigues, correram para o hospital. Pouco tempo depois, o bairro seria cenário de uma revolta popular.

Centenas de pessoas bloquearam a rodovia Fernão Dias. Em meio a gritos de ordem contra a PM, ônibus e caminhões foram incendiados; por parte dos policiais, bombas e balas de borracha. "Todo mundo se revoltou. Se a gente não faz nada quando uma morte dessas acontece, vão acontecer muitas iguais ainda", defende um amigo de Douglas, que pediu anonimato por recear represália. "Aqui isso já acontece direto. O caso do Douglas foi o estopim, porque o moleque era muito queri-

Daniel Garcia

Daniel Garcia

Rossana e José: "A bala partiu o coração do meu filho"

do mesmo". Dali a dois dias, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tiveram uma reunião de emergência. O assunto, no entanto, não era a letalidade da polícia: eles deliberavam ações conjuntas para impedir novos bloqueios da rodovia federal.

Os pais de Douglas querem a condenação do soldado Luciano Pinheiro Bispo e uma indenização do Estado. Retaliações? Eles trocam olhares e falam que às vezes têm medo, sim. "Mas muito mais que isso", afirma José, "temos a consciência tranquila e a cabeça em pé". Bispo foi detido em flagrante, alegou que o disparo foi acidental e, sendo autuado por homicídio culposo (quando não há intenção), está sendo julgado pela Justiça Militar. Depois de nove dias foi solto. "A lei não é igual para todos. Nós somos da classe trabalhadora", constata o motorista de caminhão. "Quando é pobre, vai direto para a cadeia", complementa Rossana. O inquérito policial militar, diz Laércio Benko, advogado da família, está caminhando "a passos de tartaruga".

Em 2013, ano marcado por confrontos em manifestações, as denúncias contra PMs no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo cresceram 28% em relação ao ano anterior, de acordo com o MPE. Mas, segundo a Corregedoria da PM, caíram em 12% os casos apurados

Pôr fim à Justiça Militar — considerada garantia de impunidade para policiais militares que cometem crimes — é uma das preocupações centrais dos setores que defendem a desmilitarização da polícia. O Conselho Nacional de Justiça estuda a possibilidade de propor ao Legislativo a extinção dos tribunais de Justiça Militar (TJM) de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, assim como do Superior Tribunal Militar. Em 2013, ano marcado por confrontos em manifestações, as denúncias contra PMs no TJM de São Paulo cresceram 28% em relação ao ano anterior, de acordo com o Ministério Público Estadual. Segundo a Corregedoria da PM, no entanto, o número de apurações caiu 12%.

"A Justiça Militar e as instâncias internas da PM são extremamente rigorosas em relação à conduta de nossos profissionais", declara o coronel PM Glauco Carvalho, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Já para Hirata, as polícias "se organizam enquanto grupo político" e a PM, em particular, "encontra-se precariamente inserida dentro do sis-

tema de justiça criminal, sendo uma corporação com interesses próprios que supostamente se submete ao governador, o que faz que esta dimensão política seja ainda mais forte".

Nas últimas eleições municipais em São Paulo, o coronel Álvaro Camilo (PSD), ex-comandante-geral da PM, o tenente-coronel reformado Paulo Telhada (PSDB), ex-comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA, batalhão da PM), e o capitão reformado Conte Lopes (PTB), que também atuou na ROTA, obtiveram cadeiras na Câmara Municipal, constituindo a chamada "bancada da bala". "Na gestão de Gilberto Kassab [na Prefeitura de São Paulo, entre 2006 e 2012] tivemos a nomeação de policiais para atuar nas subprefeituras, não apenas como subprefeitos, mas também no segundo e terceiro escalão da administração descentralizada", lembra Hirata. No mesmo período, foi posta em prática a "Operação Delegada", o chamado "bico oficial", que amplia a atribuição de PMs, dando-lhes a possibilidade de trabalhar fora do expediente, concentrando atribuições das guardas municipais e dos fiscais das subprefeituras. Para Hirata, esses acontecimentos atestam "a força potencial que a corporação tem de incluir membros nas formas institucionalizadas da política".

Além disso, medidas executivas, legislativas e judiciais próprias de regimes de exceção estão sendo adotadas ou propostas como reação aos massivos protestos desencadeados em junho de 2013, alertam mais de sessenta movimentos sociais, sindicatos e outras entidades, que lançaram, em novembro de 2013, o manifesto

NEV/USP

Daniel Hirata

"Em defesa da democracia, contra o Estado policial". No Rio de Janeiro, o decreto estadual 44.302/13 criou a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV), ao passo que a lei estadual 6.528/13 proibiu o uso de máscaras em manifestações públicas — ambos considerados inconstitucionais pela OAB-RJ.

Também no Rio de Janeiro, manifestantes foram presos com base na lei 12.805/2013, a Lei de Organizações Criminosas, originalmente concebida para combater as milícias; em São Paulo, recorreu-se à Lei de Segurança Nacional, ainda em vigor trinta anos após o fim oficial da Ditadura Militar. Em outubro, com o alegado objetivo de "combater atos de vandalismo durante manifestações", instaurou-se o "inquérito do *black bloc*". "As manifestações incomodaram muito e o Estado mostrou suas garras autoritárias. Houve todo um empenho para tentar ser ágil na punição aos manifestantes e nenhuma linha sobre a violência do Estado", observa Freixo. Ao mesmo tempo, a violência policial tornou-se mais visível: "Enquanto se espalhava pelas periferias, pelos guetos, pelas favelas, ela incomodava pouca gente", analisa o parlamentar. "Quando chegou às manifestações, atingindo outros setores, isso chamou a atenção da opinião pública".

Desmilitarizar o Estado demanda a desconstrução de um discurso com alta penetração em todas as classes sociais, assentado em cristalizações históricas e culturais muito profundas, argumenta o deputado Chico Alencar. Mas existe teoria policial fora do paradigma bélico, diz Vera Malaguti

Sérgio Silva, repórter-fotógrafico, perdeu um olho por ser atingido por uma bala de borracha, quando cobria um ato contra o aumento da tarifa, em 13 de junho de 2013, em São Paulo. Ele não tinha sido convidado, mas entrou no auditório em que, no início de 2014, era apresentado o novo ouvidor da PM de São Paulo. Com o campo de visão reduzido, encontrou Fernando Grella, secretário de Segurança Pública do governo estadual. Tocou no seu ombro, apresentou-se e disse: "Preciso falar com você". Grella atendeu-o. Ouviu sobre as cirurgias de Silva; sua opinião sobre a PM; sobre o juiz ter negado o pedido para que o Estado custeasse as des-

Daniel Garcia

Sérgio Silva no Sindicato dos Jornalistas de SP

Sebastião Moreira/AE

Alex Silveira logo após ser baleado (2000)

pesas com tratamento médico, sob a alegação de que não é possível saber se foi de fato a PM quem disparou a bala de borracha. "Fiz a pergunta: 'Você acha certo a Polícia manipular esse armamento em manifestação?'. Ele disse: 'Não, não concordo com o uso dessa arma'", conta Silva. "Mas, em seguida, falou: 'infelizmente não sou eu quem decide isso'."

Em cima da mesa, a pilha de papéis com as 45 mil assinaturas que o jornalista colheu, reivindicando o fim do uso de balas de borracha em protestos. "Ele recebeu a petição, disse que iriam apurar a violência nas manifestações e não me prometeu nada". Silva depois soube que o governo federal comprou 2.691 kits com armas que disparam balas de borracha, para combater eventuais protestos durante a Copa do Mundo. No total, R$ 49,5 milhões gastos em armas menos letais, vendidas pela empresa Condor Tecnologias Não Letais. Os dois estados que mais receberam foram São Paulo (314 kits) e Rio de Janeiro (276). O repórter-fotográfico entrou com ação contra o Estado, mas o processo de indenização por danos físicos e morais ainda não chegou à primeira instância: "Quando o culpado da violência está no Estado, como no meu caso, a mídia não vai atrás".

Alex Silveira, colega de profissão de Sérgio, já percorreu toda a *via crucis*, como que a mostrar quão reiteradas são determinadas práticas da PM e do aparato judicial. Em 18 de julho de 2000, esse repórter-fotográfico cobria uma manifestação de professores para o jornal *Agora SP*, na capital paulista, quando teve seu olho esquerdo destroçado por uma bala de borracha disparada pela Tropa de Choque. Impetrou, então, ação judicial, vitoriosa em primeira instância: o Estado de São Paulo foi condenado a lhe pagar uma indenização no valor de 100 salários mínimos. Mas o Estado recorreu. E o Tribunal de Justiça (TJ-SP), ao julgar o recurso, em setembro de 2014 (14 anos após o fato!), decidiu, em primeiro lugar, que a conduta dos professores justificou a reação da Tropa de Choque, não havendo ilicitude na ação da PM; em segundo lugar, atribuiu ao jornalista a total responsabilidade pelo ocorrido: "Permanecendo no local do tumulto, dele não se retirando ao tempo em que o conflito tomou proporções agressivas e de risco à integridade física [...], nada obstante seu único escopo de reportagem fotográfica, o autor [Alex] colocou-se em quadro no qual se pode afirmar ser dele a culpa exclusiva do lamentável episódio do qual foi vítima", escreveu o relator, desembargador Vicente de Abreu Amadei, ao anular a sentença de primeira instância, acompanhado no seu voto pelos demais integrantes da Turma, desembargador Sérgio Godoy Aguiar e juiz Maurício Fiorito.

A cínica decisão do TJ-SP contra Alex causou indignada reação dos jornalistas, em especial dos repórteres-fotográficos, mais expostos às agres-

sões policiais. Sérgio e Alex, com a ajuda de um grupo de colegas e apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, decidiram organizar uma campanha de denúncia da atitude do tribunal e contra a truculência da PM comandada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Em abril de 2014, o Congresso Nacional dos Jornalistas já referendara posição de sindicatos da categoria em favor da desmilitarização das Polícias Militares.

Pedro França/Agência Senado

Senador Lindbergh Farias (PT)

Reprodução

Cláudia Ferreira, vítima de atrocidades da PM-RJ

Datam de 2013 diversas iniciativas de parlamentares de esquerda contra a escalada repressiva conservadora. Em outubro, os deputados federais Chico Alencar e Jean Wyllys (ambos do PSOL-RJ) ofereceram à Procuradoria Geral da República uma representação solicitando a apuração das responsabilidades cível, penal e administrativa do então governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) pelos atos de violência policial e prisões ilegais ocorridos em manifestações. No mesmo mês, Alencar apresentou o Projeto de Lei (PL) 6.500, que, entre outros dispositivos, veda o uso de armas de eletrochoques, balas de borracha, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo.

Em setembro, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, que desmilitariza a Polícia Militar, cria uma carreira policial única e formata em moldes democráticos a segurança pública, e que recebeu o apoio de entidades como a Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares (Anaspra). "O que as tragédias cotidianas da segurança pública no Rio de Janeiro e em todo o Brasil nos permitem concluir é que resultados de longo prazo só serão alcançados a partir de reformas estruturais do modelo de segurança pública. Temas sensíveis pertinentes à organização das polícias e à divisão de responsabilidades federativas na área precisam ser enfrentados", declarou ele em discurso no Senado Federal, a propósito das selvagerias cometidas em 16 de março de 2014 contra Cláudia Ferreira, mãe de quatro filhos baleada pela PM e depois arrastada por uma viatura policial, em episódio que chocou o país.

Na avaliação de Alencar, a correlação de forças é desfavorável à aprovação de ambas as propostas: "As maiorias sociais não são maiorias políticas. O Parlamento tem um empuxo conservador muito forte". O deputado acredita, contudo, que essas iniciativas legislativas são importantes em razão do debate que suscitam. Desmilitarizar o Estado, argumenta, demanda a desconstrução de um discurso com alta penetração em todas as classes sociais, assentado em cristalizações históricas e culturais muito profundas.

"Há necessidade de transformação da segurança pública e nós não podemos perder este grande momento de euforia popular", afirma Ribeiro, da Aspra. "Se tivermos capacidade de mobilizar a sociedade, vamos melhorar a Polícia". Mas para isso, argumenta Hirata, é preciso escapar dos "jogos corporativos" (qual corpo policial absorveria o outro), que tendem a bloquear a pauta. O que está em jogo, na avaliação de Freixo, é "uma nova formulação de polícia". "Existe teoria policial fora do paradigma bélico", observa Vera Malaguti, desconstruindo o discurso segundo o qual submeter a polícia ao controle democrático equivaleria a incapacitá-la. O debate é urgente. E o ex-governador Batista provoca: "Nós queremos que o poder punitivo regule todas as relações sociais?".